

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (consumido), correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Examinamos, também, o balanço patrimonial consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e controladas, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado (consumido), correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
3. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas nos parágrafos 1 e 2 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e o valor adicionado (consumido) nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC n° 1 SP 179631/O-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009

Senhores Acionistas,

A Administração da **EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.**, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Com o objetivo de dar maior transparência aos negócios de concessões rodoviárias e logística, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A, realizou sua reorganização societária através da segregação dos negócios em duas sub-holdings: Ecorodovias Concessões e Serviços (concessões rodoviárias) e Elog (logística).

A crise financeira internacional ocorrida no final do ano de 2008, impactou o mercado ao longo de todo o ano 2009. No Brasil, a economia sofreu impactos de escassez de créditos, queda nos preços das commodities e, conseqüentemente, forte retração da atividade econômica na maioria dos setores. No segundo semestre de 2009, o mercado interno mostrou forte poder de recuperação, fechando o ano com crescimento próximo de zero.

No âmbito da EcoRodovias, esta recuperação do mercado foi percebida no crescimento do volume de tráfego de todas as concessionárias do grupo.

Em 2009, a EcoRodovias agiu de maneira rápida, adaptando e flexibilizando as suas operações, priorizando ainda mais o controle de seus custos e a preservação do seu caixa, garantindo assim o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico-financeiros, dentro deste novo cenário econômico global.

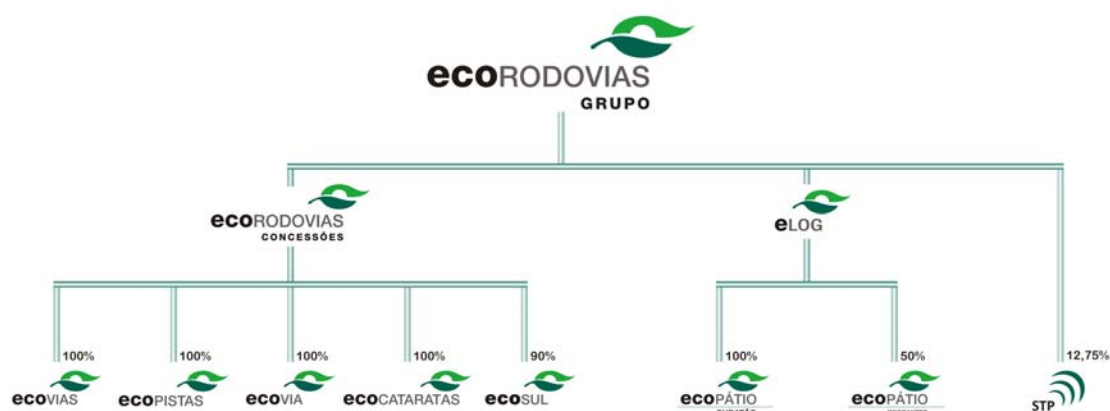
Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a EcoRodovias entra no ano de 2010 com solidez econômico-financeira, forte geração de caixa, compromisso com crescimento contínuo qualificado e sustentável.

Perfil

A Ecorodovias Concessões e Serviços, sub-holding do Grupo Ecorodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida entre os meses de agosto e setembro de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR) e Ecocataratas (PR), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviço de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo Ecorodovias. Sendo assim, não existem operações no ano 2008 a serem comparadas.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (das quais detém 100% do capital social), a Companhia administra rodovias nos principais corredores brasileiros de importação e exportação, detendo concessões com extensão total de 700,6 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo e Paraná, por onde passaram aproximadamente 49 milhões de veículos em 2008 e mais de 50 milhões em 2009.

Abaixo, a estrutura atual dos negócios do Grupo Ecorodovias:



Principais Resultados Econômico-Financeiros

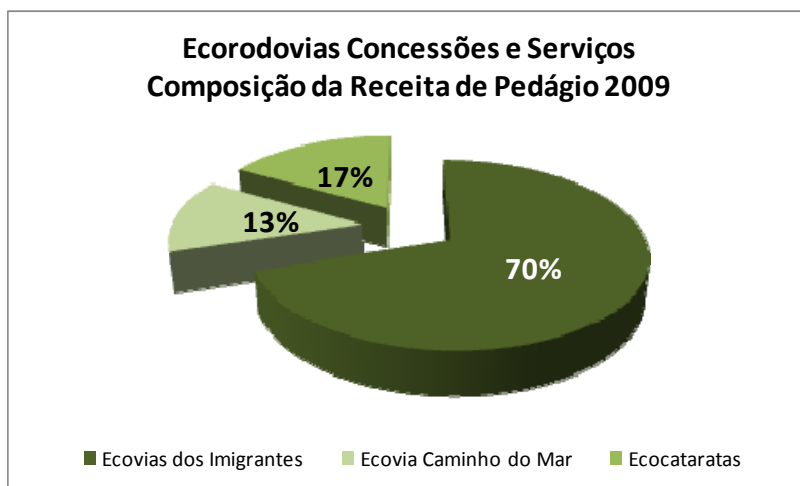
Receita

A receita bruta consolidada registrou o montante de R\$ 386.955 mil no ano de 2009, conforme quadro abaixo:

(em milhares de R\$)

Receita Bruta	2009
Receita Pedágio	368.434
Receitas Acessórias	16.478
Receitas Serviço	2.043
Total Receita Bruta	386.955

Apresentamos a seguir, a participação de cada concessionária na composição da arrecadação de pedágio da Ecorodovias Concessões e Serviços:



No ano de 2009, a EcoRodovias Concessões e Serviços registrou 34,6% dos pagamentos de pedágio por meio eletrônico.

As demais receitas (receitas acessórias e prestação de serviços) são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e serviços de pagamento eletrônico.

A receita líquida consolidada apresentou o montante de R\$ 362.407 mil, no período.

Receita Líquida (em milhares de R\$)	2009
Receita Bruta de Vendas	386.955
Arrecadação de Pedágio	368.434
Acessórias e Serviços	18.521
Deduções de Vendas	(24.548)
Receita Operacional Líquida	362.407

Tráfego

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos e de eixos equivalentes, ocorrido nas concessionárias no período de agosto a dezembro de 2009.

Volume de Tráfego (em n° de veículos pagantes)	2009
Ecovias dos Imigrantes	14.882.994
Ecovia Caminho do Mar	2.128.355
Ecocataratas	4.891.589
TOTAL	21.902.938

Volume de Tráfego (em n° de eixos equivalentes pagantes)	2009
Ecovias dos Imigrantes	21.922.902
Ecovia Caminho do Mar	4.304.790
Ecocataratas	8.392.670
TOTAL	34.620.362

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 50,7% corresponderam ao tráfego de veículos leves e 49,3% corresponderam aos veículos comerciais.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos e despesas operacionais consolidados somaram R\$179.162 mil, no período, compostos da seguinte maneira:

- Os custos dos serviços prestados, composto basicamente por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e de limpeza, perfizeram o montante de R\$158.589 mil no período de agosto a dezembro 2009 e;
- As despesas gerais, administrativas e com vendas apresentaram o montante de R\$20.573 mil no período.

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no ano de 2009 atingiu R\$ 259.544 mil. A relação do EBITDA com a receita líquida, resultou em uma margem EBITDA de 71,6%.

Resultado Financeiro

Em 2009 o resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi negativo em R\$ 52.481 mil, sendo que as receitas financeiras perfizeram o montante de R\$ 9.202 mil e as despesas financeiras somaram R\$ 61.683 mil, no período.

Lucro Líquido

O lucro líquido do período totalizou R\$ 82.200 mil.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da EcoRodovias Concessões e Serviços somou R\$ 1.227.799 mil, sendo R\$ 108.769 mil em empréstimos e financiamentos e R\$ 1.119.030 mil em debêntures. A dívida líquida apresentou-se em R\$ 949.890 mil, no período.

O quadro a seguir, demonstra as principais informações referentes aos financiamentos de 2009 na sub-holding de concessões:

Credores	31/12/2009	Moeda	Vencimento	Em milhares de R\$
				Taxas
Debêntures - Ecorodovias Concessões e Serviços	602.938	Real	nov/15	IPCA+8,75% / CDI+1,5%
Debêntures - Ecovias dos Imigrantes	516.092	Real	nov/14	IGP-M+9,5% / 104% CDI
Bradesco - Ecovia Caminho do Mar	17.337	Real	mai/12	107,70% do CDI
Santander - Ecovia Caminho do Mar	42.480	Real	nov/10	CDI + 1,084% a.a.
Itaú BBA - Ecocataratas	47.624	Real	nov/10	CDI + 1,50% a.a.
Outros	1.328	-	-	-
Dívida Total	1.227.799			
Caixa Disponível	277.909			
Dívida Líquida	949.890			

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$ 600 milhões em debêntures em três séries, utilizado para o pagamento da 2ª emissão de suas notas promissórias e para a capitalização da concessionária Ecopistas.

Os demais financiamentos apresentados referem-se a valores destinados a investimentos (inclusive equipamentos) e renovação de dívida de concessionárias de rodovias.

Investimentos

No ano de 2009, a EcoRodovias Concessões e Serviços e suas controladas realizaram R\$ 68.738 mil em investimentos.

Dividendos

No período de agosto a dezembro de 2009, a Ecorodovias Concessões e Serviços não realizou distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. No período de janeiro a julho de 2009 as incorporadas ECSC e ECSE distribuíram dividendos no valor de R\$4 mil.

Governança Corporativa

A governança corporativa de todas as unidades do Grupo EcoRodovias está alinhada às melhores práticas encontrados no mercado, com ênfase na transparência e obtenção de resultados através de normas e indicadores.

Dentro da gestão da EcoRodovias, destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticadas pela controlada Ecorodovias Concessões e Serviços e unidades de negócios, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC – Balanced Scorecard e EVA®.

Gestão de Pessoas

Em 2009, o Grupo EcoRodovias novamente foi reconhecido entre as melhores empresas do Brasil em gestão de pessoas. Resultado ratificado com o prêmio “As 150 Melhores Empresas para se Trabalhar” da Revista Exame / Você S.A e pela classificação entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional 2009. A área de Recursos Humanos prioriza ações com objetivos que enfatizam o bem estar dos colaboradores, destacando-se, ainda, o Programa de Formação de Líderes para o desenvolvimento de competências dos colaboradores e o PPAECO – Programa Padrão de Atendimento EcoRodovias, que visa disseminar as informações e o conhecimento do Grupo aos colaboradores para que o atendimento aos usuários seja cada vez melhor.

Responsabilidade Socioambiental

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental, destaca-se o Ecoviver, voltado à educação ambiental de crianças e jovens e que encerrou o quarto ano de atividades com presença em 16 cidades dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e atendimento de mais de 120 mil alunos de escolas públicas desde o seu início. A campanha Papai Noel Existe, de doação de brinquedos a crianças carentes, presenteou, em 2009, 8.150 crianças de 73 instituições. O Grupo também mantém outros programas, tais como: de Redução de Acidentes, de Saúde dos Usuários, Coleta Seletiva de lixo e incentivos ao esporte, como o projeto Virando o Jogo e o Festival de Surf Ecovias, realizado no município de Santos (SP). Além da usina de asfalto ecológico que utiliza pneus reciclados na composição da massa asfáltica.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela Primav Ecorodovias S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria externa não prestou, no período, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Conselho de Administração:

Marco Antônio Cassou - Presidente
César Beltrão Almeida (Efetivo)
João Alberto Gomes Bernacchio (Efetivo)
Massimo Villa (Efetivo)
Alessandro Rivano (Efetivo)
Giuseppe Quarta (Efetivo)
Gianfranco Catrini (Suplente)
Francisco Henrique Passos Fernandes (Suplente)

Composição da Diretoria:

Marcelino Rafart de Seras - Diretor Presidente
Federico Botto - Vice-Presidente Executivo
Marcello Guidotti - Diretor de Finanças
Roberto Koiti Nakagome - Diretor de Relações com Investidores
Dario Rais Lopes – Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios

São Paulo, 27 de janeiro de 2010.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2009	2008	2009			2009	2008	2009
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	245.830	2	277.909	Fornecedores		739	-	20.581
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	30.070	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	96.912
Clientes	6	-	-	39.947	Debêntures	15	5.117	-	128.011
Impostos a recuperar	7	2.101	-	2.101	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	1.183	-	11.162
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		48.623	-	-	Obrigações sociais		3.531	-	9.534
Despesas antecipadas	8	-	-	2.379	Empresas ligadas	16	-	5	2.072
Outros créditos		156	-	2.491	Credor pela concessão	17	-	-	13.600
Total do ativo circulante		296.710	2	354.897	Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	10.311
NÃO CIRCULANTE					Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		86.357	-	86.357
Realizável a longo prazo:					Programa de Parcelamento Especial - PAES		-	-	349
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	-	-	6.876	Outras contas a pagar		542	-	14.384
Empresas ligadas	16	8.528	-	1.374	Total do passivo circulante		97.469	5	393.273
Depósitos judiciais		-	-	1.034	NÃO CIRCULANTE				
Investimentos	9	495.749	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	11.857
Imobilizado	10	1.357	-	1.208.433	Debêntures	15	597.821	-	991.019
Intangível	11	335.521	-	355.192	Programa de Parcelamento Especial - PAES		-	-	570
Total do ativo não circulante		841.155	-	1.572.909	Credor pela concessão	17	-	-	59.681
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	-	-	5.059
					Provisão para contingências	18	-	-	19.426
					Outras contas a pagar		-	-	4.346
					Total do passivo não circulante		597.821	-	1.091.958
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	19.a	438.465	1	438.465
					Reserva de lucros - legal		4.110	(4)	4.110
					Total do patrimônio líquido		442.575	(3)	442.575
TOTAL DO ATIVO		1.137.865	2	1.927.806	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.137.865	2	1.927.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
		<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS				
Receita com arrecadação de pedágio	21	-	-	368.434
Receitas acessórias e de prestação de serviços	21	<u>33.026</u>	-	<u>18.521</u>
		33.026	-	386.955
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
Impostos sobre arrecadação, receitas acessórias e prestação de serviços		(3.715)	-	(24.548)
		<u>29.311</u>	-	<u>362.407</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS				
		29.311	-	362.407
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
	22	(23.151)	-	(158.589)
		<u>6.160</u>	-	<u>203.818</u>
LUCRO BRUTO				
		6.160	-	203.818
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	22	(66)	(4)	(20.573)
Amortização de ágio de investimentos		(3.125)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	102.251	-	-
Outras receitas, líquidas		-	-	182
		<u>99.060</u>	<u>(4)</u>	<u>(20.391)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO				
		<u>105.220</u>	<u>(4)</u>	<u>183.427</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	23	7.585	-	9.202
Despesas financeiras	23	<u>(30.620)</u>	-	<u>(61.683)</u>
		(23.035)	-	(52.481)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
		<u>82.185</u>	<u>(4)</u>	<u>130.946</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	12.c	15	-	(49.894)
Diferidos	12.c	-	-	1.148
		15	-	(48.746)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO				
		<u>82.200</u>	<u>(4)</u>	<u>82.200</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)				
		<u>438.465</u>	<u>1</u>	
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$				
		<u>0,19</u>	<u>(4,00)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital <u>social</u>	Reserva <u>de lucros - legal</u>	Lucros (prejuízos) <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	-	1
Prejuízo do exercício		-	-	(4)	(4)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
Aumento de capital em dinheiro em 1º de abril de 2009	19.a	1.500	-	-	1.500
Aumento de capital com investimentos em 26 e 30 de agosto de 2009	19.a	434.168	-	-	434.168
Aumento de capital com incorporação em 1º de setembro de 2009		2.796	-	-	2.796
Lucro líquido do exercício		-	-	82.200	82.200
Destinação do lucro:					
Constituição da reserva legal		-	4.110	(4.110)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,02 por ação)	19.d	-	-	(8.978)	(8.978)
Dividendos intermediários (R\$0,06 por ação)	19.d	-	-	(19.522)	(19.522)
Dividendos propostos (R\$0,12 por ação)	19.d	-	-	(49.586)	(49.586)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>438.465</u>	<u>4.110</u>	<u>-</u>	<u>442.575</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	82.185	(4)	130.946
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9.422	-	76.117
Amortização de ágio em investimentos e direito de concessão	3.125	-	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debênture	23.080	-	45.734
Variação monetária sobre credor pela concessão	-	-	2.916
Receita financeira com títulos e valores mobiliário:	-	-	(659)
Resultado de equivalência patrimonial	(102.251)	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizad	12	-	(217)
Constituição de provisão para contingências e atualização monetári:	-	-	4.846
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Clientes	-	-	(11.814)
Impostos a recuperar	(2.101)	-	(1.365)
Despesas antecipadas	-	-	439
Outros créditos e depósitos judiciais	(156)	-	393
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	419	-	4.818
Provisão para contingências	3.170	-	(4.095)
Credor pela concessão	-	-	(3.659)
Obrigações sociais	152	-	334
Impostos, taxas e contribuições a recolher	939	-	2.997
Empresas ligadas	(1.094)	5	(523)
Outras contas a pagar	431	-	2.978
Juros pagos	(46.718)	-	(74.096)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.383)	-	(50.946)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	<u>(30.768)</u>	<u>1</u>	<u>125.144</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos recebidos	51.066	-	-
Aquisição de bens do imobilizado	(167)	-	(68.738)
Recebimento na venda de imobilizado	-	-	275
Aquisição de intangível	(1.779)	-	(1.941)
Aumento de capital	1.500	-	1.500
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>50.620</u>	<u>-</u>	<u>(68.904)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Títulos e valores mobiliários	-	-	(17.920)
Captação de notas promissórias	765.879	-	816.136
Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	602.191	-	602.191
Pagamento de notas promissórias	(1.138.416)	-	(1.158.416)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.347)	-	(63.389)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>224.307</u>	<u>-</u>	<u>178.602</u>
 Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	1.669	-	43.065
 AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>245.828</u>	<u>1</u>	<u>277.907</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	1	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>245.830</u>	<u>2</u>	<u>277.909</u>
	<u>245.828</u>	<u>1</u>	<u>277.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio	-	-	368.434
Outras receitas	<u>33.026</u>	<u>-</u>	<u>18.703</u>
	<u>33.026</u>	<u>-</u>	<u>387.137</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)			
Custo dos serviços prestados	(4.421)	-	(59.554)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(2.634)</u>	<u>(4)</u>	<u>(9.753)</u>
	<u>(7.055)</u>	<u>(4)</u>	<u>(69.307)</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	<u>25.971</u>	<u>(4)</u>	<u>317.830</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(12.547)</u>	<u>-</u>	<u>(76.117)</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>13.424</u>	<u>(4)</u>	<u>241.713</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	7.585	-	9.202
Equivalência patrimonial	<u>102.251</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>109.836</u>	<u>-</u>	<u>9.202</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR	<u>123.260</u>	<u>(4)</u>	<u>250.915</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)	<u>123.260</u>	<u>(4)</u>	<u>250.915</u>
Pessoal	<u>6.827</u>	<u>-</u>	<u>29.725</u>
Remuneração direta	5.889	-	25.004
Benefícios	637	-	3.266
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	301	-	1.455
Impostos, taxas e contribuições	<u>4.511</u>	<u>-</u>	<u>73.293</u>
Federais	3.851	-	65.993
Municipais	660	-	7.300
Remuneração de capitais de terceiros	<u>29.726</u>	<u>-</u>	<u>65.701</u>
Juros	29.285	-	54.461
Aluguéis	-	-	2.012
Outros	441	-	9.228
Remuneração de capitais próprios	<u>82.196</u>	<u>(4)</u>	<u>82.196</u>
Juros sobre o capital próprio	8.978	-	8.978
Dividendos	69.108	-	69.108
Lucro (prejuízo) do exercício retido	4.110	(4)	4.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, conforme nota explicativa nº 9, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

Em 3 de fevereiro de 2009, os sócios aprovaram a transformação de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado.

Em 26 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital mediante a emissão de 6.268.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizadas pela Primav EcoRodovias S.A. (“Primav”), mediante a conferência de seus investimentos na Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas”) e na Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009 e de notas promissórias a pagar no valor líquido total de R\$6.269.

Em 30 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital mediante a emissão de 427.899.017 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, integralizadas mediante conferência do investimento da Primav na Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009, no valor de R\$427.899.

Os ativos e passivos das controladas e controladora recebidos em aumento de capital são como segue:

	31.07.09			
	<u>Ecovia</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Notas promissórias e ágios</u>
<u>Balancos patrimoniais</u>				
Ativo:				
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	9.076	26.957	5.363	-
Títulos e valores mobiliários	-	11.491	-	-
Clientes	1.771	23.431	2.931	-
Outros ativos	751	4.300	598	-
Não circulante:				
Realizável a longo prazo	1.816	5.726	2.869	-
Investimentos	-	-	-	85.241
Imobilizado e intangível	<u>68.461</u>	<u>967.484</u>	<u>100.445</u>	<u>334.880</u>
Total do ativo	<u>81.875</u>	<u>1.039.389</u>	<u>112.206</u>	<u>420.121</u>

31.07.09

<u>Balancos patrimoniais</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Notas promissórias e ágios</u>
Passivo:				
Circulante:				
Fornecedores	3.550	8.587	3.306	-
Empréstimos e financiamentos	26.966	281	44.350	393.899
Debêntures	-	73.364	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.227	5.174	1.520	-
Obrigações sociais	1.068	3.040	1.713	-
Empresas ligadas	1.696	5.261	1.644	-
Credor pela concessão	-	13.191	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	936	7.508	1.523	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10.996	39.749	7.297	-
Outras contas a pagar	2.280	9.218	483	-
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos	11.000	-	-	-
Debêntures	-	446.583	-	-
Credor pela concessão	-	60.833	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	206	5.179	332	-
Provisão para contingências	3.230	14.140	3.271	-
Outras contas a pagar	-	4.623	199	-
Total do passivo	<u>63.155</u>	<u>696.731</u>	<u>65.638</u>	<u>393.899</u>
Acervo líquido	<u>18.720</u>	<u>342.658</u>	<u>46.568</u>	<u>26.222</u>

A seguir, apresentamos o resumo dos valores que foram incorporados com base no laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de agosto de 2009, preparado por avaliadores independentes:

	<u>ECSC</u>	<u>ECSE</u>
Ativo:		
Circulante	4.416	4.906
Não circulante:		
Realizável a longo prazo	7	8
Imobilizado e intangível	9.434	3.176
Passivo:		
Circulante	11.062	8.008
Não circulante	-	81
Acervo líquido	<u>2.795</u>	<u>1</u>

Em 22 de dezembro de 2009, foi concedido o registro de companhia aberta e, em 23 de dezembro de 2009, foi concluída a emissão de debêntures, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

O contexto operacional das controladas está descrito na nota explicativa nº 9.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

<u>Controladas</u>	<u>Participação</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%

As datas das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com as da controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, a partir de 31 de julho de 2009, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 e com os seguintes procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital e das reservas de lucros acumulados nas empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas, bem como de lucros não realizados.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 incluem os resultados das controladas Ecovia, Ecocataratas e Ecovias para o período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2009 e de quatro meses das empresas incorporadas ECSE e ECSC, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses fatos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas de serviços são reconhecidas com base na execução dos serviços, quando incorridos.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Instrumentos financeiros (inclui caixa e equivalentes de caixa)

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

– Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado se mantidos para negociação ou designados pela Companhia e por suas controladas no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do exercício.

- Títulos e valores mobiliários

Embora tenham liquidez imediata, foram classificados como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures, e estão registrados ao valor justo.

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido levantado na mesma data-base. O resultado dessa avaliação é contabilizado no resultado do exercício na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 10.

O ágio gerado pela mais-valia dos ativos na controlada direta Ecovias foi reclassificado para o ativo imobilizado para fins de consolidação.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com o CPC 20 - Custos de Empréstimos.

- Ágio sobre investimento

Controladora

Ágio da controlada direta Ecovias, proveniente da mais-valia de ativos na data de aquisição, amortizado em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitado ao prazo remanescente para o término do contrato de concessão, classificado no consolidado na rubrica “Imobilizado”.

- Intangível

Ágio - direito de concessão

Ágio advindo da aquisição das ações da Ecocataratas com base no direito de concessão, o qual é amortizado de forma linear pelo prazo da concessão (até novembro de 2021).

Sistemas

Registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de cinco anos de forma linear.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2009. A recuperação do ágio foi avaliada por avaliadores independentes em 31 de dezembro de 2008 e revisada pela Administração para 31 de dezembro de 2009 e nenhuma situação de provisão foi identificada.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, e apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 18.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Juros sobre o capital próprio

Calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos. Para fins fiscais, são tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios.

f) Lucro líquido (prejuízo) por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

g) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 31 de dezembro de 2009 (vide nota explicativa nº 17).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
Caixa geral	11	2	27
Bancos conta movimento	615	-	6.433
Numerário em trânsito (a)	-	-	5.952
Fundo de troca	-	-	3.645
Recursos não vinculados (b)	<u>245.204</u>	<u>-</u>	<u>261.852</u>
	<u>245.830</u>	<u>2</u>	<u>277.909</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 106% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

	<u>2009</u>
Recursos para liquidação e garantia de debêntures	<u>30.070</u>

Embora as aplicações mencionadas tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 15). São formadas por CDBs e remuneradas a taxas que variam entre 100% e 106% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

6. CLIENTES - CONSOLIDADO

	<u>2009</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias	30.263
Cupons de pedágio	6.391
Outras contas - receitas acessórias	<u>3.293</u>
	<u>39.947</u>

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição do contas a receber.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (*)	1.771	1.771
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	<u>330</u>	<u>330</u>
	<u>2.101</u>	<u>2.101</u>

(*) Refere-se, substancialmente, aos valores retidos sobre aplicações financeiras.

8. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$2.379 é composto por prêmios de seguros (vide nota explicativa nº 26).

9. INVESTIMENTOS

	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Saldo 31.12.09</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	347.723	87.494	100%	347.723	87.494
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	18.720	4.155	100%	18.720	4.155
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	47.190	10.602	100%	47.190	10.602
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio (*)				<u>82.116</u>	-
				<u>495.749</u>	<u>102.251</u>

(*) Em 30 de junho de 2008, a Ecovias optou por estornar os efeitos da reavaliação de ativos, retroagindo os efeitos para o início do exercício. Na Primav, os efeitos do estorno da reavaliação produziram acréscimo na rubrica “Ágio” no valor de R\$97.113, proveniente da mais-valia dos ativos em 1º de janeiro de 2008, suportado por laudos de especialistas contratados pela Administração à época. O saldo é amortizado em virtude do prazo de vida útil estimado dos bens da Ecovias, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão. No consolidado, o valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos está apresentado na rubrica “Imobilizado” e a amortização do ágio no resultado está apresentada na rubrica “Depreciação”. Conforme definido em contrato, no caso da extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços pelo Poder Concedente com a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término das concessões.

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessárias à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além da remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

O resultado da equivalência patrimonial refere-se ao período de cinco meses, após a incorporação efetuada em 31 de agosto de 2009 (vide nota explicativa nº 1).

Contexto operacional das concessionárias de rodovias

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do termo aditivo e modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Ecovia foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano de R\$60 mensais e do 12º ano até o final do contrato de R\$66 mensais.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga até o 11º ano de R\$10 mensais e do 12º ano ao final do contrato de R\$11 mensais.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Ecocataratas, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e os serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da concessão é de 24 anos referente a um trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

10. IMOBILIZADO

	Controladora			
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2009
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	1.449	(774)	675
Máquinas e equipamentos	10,4	206	(54)	152
Móveis e utensílios	10,1	612	(150)	462
Outros	11,6	<u>86</u>	<u>(18)</u>	<u>68</u>
		<u>2.353</u>	<u>(996)</u>	<u>1.357</u>
	Consolidado			
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2009
Construção e projetos/ampliação principal	4,9	984.004	(440.182)	543.822
Pavimentações e conservação especial	11,9	580.013	(269.989)	310.024
Sinalização e dispositivos de segurança	11,0	70.961	(22.759)	48.202
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	88.974	(68.770)	20.204
Máquinas e equipamentos	10,4	12.803	(6.329)	6.474
Móveis e utensílios	10,1	5.298	(2.735)	2.563
Terrenos e edificações	3,4	25.594	(10.291)	15.303
Obras em andamento (*)	-	944	-	944
Demais melhorias e ampliações	8,7	344.133	(95.836)	248.297
Outros	11,6	<u>18.038</u>	<u>(5.438)</u>	<u>12.600</u>
		<u>2.130.762</u>	<u>(922.329)</u>	<u>1.208.433</u>

(*) Referem-se a obras de melhoria no sistema rodoviário em fase de execução. A depreciação iniciará-se após a conclusão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o valor total capitalizado de R\$205, na rubrica “Imobilizado”, refere-se aos encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos de terceiros.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

O valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos da controlada Ecovias, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.(*), está apresentado no imobilizado, nas rubricas “Construção e projeto/ampliação principal” e “Hardware e equipamentos de pedágio”.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 30 de junho de 2008, a Ecovias optou por estornar os efeitos da reavaliação de ativos.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado em 21 de dezembro de 2007, com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o período de vida útil estimada dos bens.

Em 31 de dezembro de 2009, a movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

Controladora

Descrição	Custo				Depreciação acumulada			Saldo líquido em 2009
	Incorporação de empresas (a)	Adições	Transferência (*)	Saldo em 2009	Incorporação de empresas (a)	Adição	Saldo em 2009	
Hardware e equipamentos de pedágio	1.403	46	-	1.449	(533)	(241)	(774)	675
Máquinas e equipamentos	201	5	-	206	(47)	(7)	(54)	152
Móveis e utensílios	520	92	-	612	(132)	(18)	(150)	462
Obras em andamento	2.232		(2.232)	-	-	-	-	-
Outros	62	24	-	86	(16)	(2)	(18)	68
	<u>4.418</u>	<u>167</u>	<u>(2.232)</u>	<u>2.353</u>	<u>(728)</u>	<u>(268)</u>	<u>(996)</u>	<u>1.357</u>

(*) Reclassificação para o intangível.

Consolidado - custo:

<u>Descrição</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Construção e projetos/ampliação principal	984.004	-	-	-	-	984.004
Pavimentações e conservação especial	550.476	-	27.609	-	1.928	580.013
Sinalização e dispositivos de segurança	60.698	-	9.571	-	692	70.961
Hardware e equipamentos de pedágio	83.139	1.403	2.323	(59)	2.168	88.974
Máquinas e equipamentos	12.584	201	70	(52)	-	12.803
Móveis e utensílios	3.827	520	975	(24)	-	5.298
Terrenos e edificações	24.646	-	539	-	409	25.594
Obras em andamento	6.439	2.232	856	-	(8.583)	944
Demais melhorias e ampliações	320.621	-	22.783	-	729	344.133
Outros	<u>13.570</u>	<u>62</u>	<u>4.012</u>	<u>(31)</u>	<u>425</u>	<u>18.038</u>
	<u>2.060.004</u>	<u>4.418</u>	<u>68.738</u>	<u>(166)</u>	<u>(2.232)</u>	<u>2.130.762</u>

Consolidado - depreciação acumulada:

<u>Descrição</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Depreciação do período</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Construção e projetos/ampliação principal	(421.690)	-	(18.492)	-	(440.182)
Pavimentações e conservação especial	(244.946)	-	(25.043)	-	(269.989)
Sinalização e dispositivos de segurança	(18.992)	-	(3.767)	-	(22.759)
Hardware e equipamentos de pedágio	(65.898)	(533)	(2.390)	51	(68.770)
Máquinas e equipamentos	(5.815)	(47)	(494)	27	(6.329)
Móveis e utensílios	(2.481)	(132)	(138)	16	(2.735)
Terrenos e edificações	(9.841)	-	(450)	-	(10.291)
Demais melhorias e ampliações	(84.814)	-	(11.022)	-	(95.836)
Outros	<u>(4.816)</u>	<u>(16)</u>	<u>(632)</u>	<u>26</u>	<u>(5.438)</u>
	<u>(859.293)</u>	<u>(728)</u>	<u>(62.428)</u>	<u>120</u>	<u>(922.329)</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de setembro de 2009 as empresas ECSE e ECSC foram incorporadas pela Companhia.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com data-base 31 de julho de 2009, a Companhia recebeu os bens e direitos como integralização de capital.

11. INTANGÍVEL

Controladora

	<u>Taxa média anual ponderada de amortização - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas				
(a)	7,2	375.608	(52.042)	323.566
Software	20,0	<u>17.061</u>	<u>(5.106)</u>	<u>11.955</u>
		<u>392.669</u>	<u>(57.148)</u>	<u>335.521</u>

Consolidado

	Taxa média anual ponderada de <u>amortização - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (a)	7,2	375.608	(52.042)	323.566
Direito de outorga da concessão - Ecovias (b)	6,5	44.857	(26.167)	18.690
Software	20,0	22.147	(9.224)	12.923
Outros		<u>18</u>	<u>(5)</u>	<u>13</u>
		<u>442.630</u>	<u>(87.438)</u>	<u>355.192</u>

(a) Em 7 de fevereiro de 2008, a controladora Primav adquiriu da Sideco Americana S.A., Momento Engenharia e Construção Ltda. e Roplano S.A. (empresas não relacionadas) a Ecocataratas por R\$425.000. O ágio gerado nessa aquisição, com fundamento em rentabilidade futura, é amortizado pelo prazo de concessão (até novembro de 2021). Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de agosto de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital pela Primav por meio da conferência de seu investimento na Ecocataratas, considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009, incluindo o ágio gerado na aquisição.

(b) O valor de “Direito de outorga da concessão” está registrado a valor presente, pela taxa de 9,5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo é de R\$18.690 e a amortização referente ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$935.

O valor de “Direito de outorga da concessão” da controlada direta Ecovias está registrado a valor presente, pela taxa de 9,5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, a amortização acumulada do direito de outorga é de R\$18.690 e a amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 totalizou R\$2.243.

A amortização do ônus da concessão está sendo realizada linearmente ao resultado pelo prazo inicial da concessão até 2018, o ágio pelo direito de concessão está sendo amortizado lineamente ao resultado pelo prazo de concessão até 2021 e os softwares adquiridos de terceiros no prazo de cinco anos.

Na controladora, a amortização do ágio é contabilizada como despesa operacional na rubrica “Amortização de ágio em investimentos”. No consolidado, a amortização do ágio é contabilizada como despesa operacional na rubrica “Amortização de ágio em investimentos” e as amortizações do direito de outorga e de softwares são classificadas na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Controladora - custo:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	375.608	-	-	-	375.608
Software de terceiros (c)	<u>13.062</u>	<u>-</u>	<u>1.779</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>17.061</u>
	<u>13.062</u>	<u>375.608</u>	<u>1.779</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>392.669</u>

Controladora - amortização acumulada:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	(40.727)	(11.315)	(52.042)
Software de terceiros (c)	<u>(4.142)</u>	<u>-</u>	<u>(964)</u>	<u>(5.106)</u>
	<u>(4.142)</u>	<u>(40.727)</u>	<u>(12.279)</u>	<u>(57.148)</u>

Consolidado - custo:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	375.608	-	-	-	375.608
Direito de outorga da concessão - Ecovias	-	44.857	-	-	-	44.857
Software (c)	<u>13.062</u>	<u>4.924</u>	<u>1.941</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>22.147</u>
Outros	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
	<u>13.062</u>	<u>425.407</u>	<u>1.941</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>442.630</u>

Consolidado - amortização acumulada:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	(40.727)	(11.315)	(52.042)
Direito de outorga da concessão - Ecovias	-	(25.232)	(935)	(26.167)
Software de terceiros (c)	<u>(4.142)</u>	<u>(3.644)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>(9.224)</u>
Outros	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(4.142)</u>	<u>(69.607)</u>	<u>(13.689)</u>	<u>(87.438)</u>

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de setembro de 2009 as empresas ECSE e ECSC foram incorporadas pela Companhia.

- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com data-base 31 de julho de 2009, a Companhia recebeu os bens e direitos como integralização de capital.
- (c) Os softwares foram substancialmente adquiridos de terceiros pelas empresas incorporadas e referem-se basicamente ao sistema de arrecadação e às licenças do Sistema SAP.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros sobre os empréstimos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>
Provisão para contingências	18.992
Outros	1.231
Ajuste a valor presente do direito de outorga, ônus da concessão e capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07	<u>(14.879)</u>
	5.344
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.817</u>
Classificados no ativo não circulante	6.876
Classificados no passivo não circulante	<u>5.059</u>
	<u>1.817</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	11	(36.677)
Imposto de renda diferido	<u>-</u>	<u>850</u>
	<u>11</u>	<u>(35.827)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	4	(13.217)
Contribuição social diferida	<u>-</u>	<u>298</u>
	<u>4</u>	<u>(12.919)</u>

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita (despesa) calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.185	130.946
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(27.943)	(44.522)
Equivalência patrimonial	31.962	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais da controladora	(5.708)	(5.708)
Juros sobre o capital próprio	3.053	3.053
Outros	<u>(1.349)</u>	<u>(1.569)</u>
Receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social	<u>15</u>	<u>(48.746)</u>

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	81	4.514
Cofins	507	3.196
PIS	110	693
ISS fonte	6	447
Imposto de renda e contribuição social sobre juros sobre o capital próprio	335	643
Impostos federais	<u>144</u>	<u>1.669</u>
	<u>1.183</u>	<u>11.162</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>2009</u>
Bradesco (a)	Real	Maior de 2012	107,70% do CDI	17.337
Santander (a)	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,084% a.a.	42.480
Unibanco (b)	Real	Março de 2010	TJLP + 6% a.a.	105
BIC Banco (b)	Real	Setembro de 2012	1,45% a.m.	630
Itauleasing (b)	Real	Dezembro de 2012	1,34% a.m.	592
Itaú BBA (a)	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,5% a.a.	<u>47.625</u>
				<u>108.769</u>
Circulante				<u>96.912</u>
Não circulante				<u>11.857</u>

- (a) Os empréstimos são destinados para capital de giro aplicado nas operações para os quais não há cláusula que exija a manutenção de índices financeiros (“covenants”).
- (b) Refere-se à compra de equipamentos operacionais, para os quais não há cláusula que exija a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

2011	5.923
2012	<u>5.934</u>
	<u>11.857</u>

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>2009</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Principal corrigido	600.834	1.106.110
Remuneração (juros)	7.260	23.463
Custos com emissão de debêntures	<u>(5.156)</u>	<u>(10.543)</u>
	<u>602.938</u>	<u>1.119.030</u>
Circulante	<u>5.117</u>	<u>128.011</u>
Não circulante	<u>597.821</u>	<u>991.019</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e do Comitê de Política Monetária do Banco Central - Copom de 8,75% ao ano, pagas anualmente nos mesmos prazos de vencimento do valor principal.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries no valor de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e cupom de 9,5% ao ano, pagos anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a controlada indireta Ecovias efetuou pagamento de juros referente à primeira, segunda e terceira séries das debêntures, totalizando R\$49.865.

Essa operação teve classificação de risco AA da Standard & Poors.

As principais características das debêntures são:

Descrição	EcoRodovias	Ecovias
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1,00	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2009	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,01 3ª série - R\$1,01	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$11,75 3ª série - R\$11,75
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15.05.10 a 15.05.13) 2ª série: parcelas anuais (15.05.11 a 15.05.15) 3ª série: parcelas anuais (15.05.11 a 15.05.15)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.07 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.08 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.07 a 01.11.14)

Descrição	EcoRodovias	Ecovias
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15.05.11 a 15.11.13) 2ª série: parcelas anuais (15.05.13 a 15.05.15) 3ª série: parcelas anuais (15.11.13 a 15.11.15)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.10 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.10 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.10 a 01.11.14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	2009		
	Parcela	Custo	Total
2011	292.105	(2.328)	289.777
2012	292.105	(2.328)	289.777
2013	246.898	(2.041)	244.857
2014	120.998	(1.054)	119.944
2015	<u>46.956</u>	<u>(292)</u>	<u>46.664</u>
	<u>999.062</u>	<u>(8.043)</u>	<u>991.019</u>

O contrato da Companhia, referente à emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, tem como fiadora a controladora Primav (base consolidada) e requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 3,0 (obtido pela razão entre dívida líquida consolidada e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) dos últimos 12 meses consolidado). Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índice financeiro maior que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índice financeiro maior ou igual a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009, a Administração entende que os índices financeiros exigidos foram atendidos.

16. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

As operações com empresas ligadas estão apresentadas a seguir:

Controladora

	<u>Natureza</u>	Balço	Resultado
		patrimonial	Receita de prestação de serviços
		Ativo circulante	
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada direta	3.824	4.192
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada direta	1.686	1.799
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (b)	Ligada	359	385
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada direta	1.644	1.754
EcoPátio Logística Cubatão Ltda. (b)	Ligada	<u>1.015</u>	<u>126</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>8.528</u>	<u>8.256</u>

Consolidado

	<u>Natureza</u>	Balço patrimonial			Resultado
		Ativo não circulante	Ativo imobilizado	Passivo circulante	Receita de prestação de serviços
Consórcio Serra do Mar (a)	Ligada	-	6.507	1.591	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (b)	Ligada	359	-	-	385
EcoPátio Logística Cubatão Ltda. (b)	Ligada	1.015	-	-	126
SBS Engenharia e Construções Ltda ©	Ligada	-	<u>8.385</u>	<u>481</u>	
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>1.374</u>	<u>14.892</u>	<u>2.072</u>	<u>511</u>

(a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$151.965.

- (b) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. Esses serviços eram prestados até 31 de agosto de 2009 pelas empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. Em 1º de setembro de 2009, essas empresas, conforme nota explicativa nº 1, foram incorporadas pela Companhia, passando essa última a ser a prestadora desses serviços a partir dessa data. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços e as empresas controladas e ligadas é de aproximadamente R\$95.950, possuindo vigência de 12 meses e vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (c) A SBS Engenharia e Construções Ltda., empresa ligada ao Grupo EcoRodovias, presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenções nas rodovias da controlada Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$ 14.000.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

17. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

	<u>2009</u>
Parcelas fixas	71.392
Parcelas variáveis	<u>1.889</u>
	<u>73.281</u>
Circulante	<u>13.600</u>
Não circulante	<u>59.681</u>

O contrato de concessão rodoviária da controlada Ecovias, firmado em 27 de maio de 1998, subdivide-se em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M/FGV.

Em 31 de agosto de 2009, as parcelas liquidadas correspondem a 55,79% do saldo contratual.

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M, captadas pela Ecovias para a liquidação de suas dívidas atreladas à concessão. Foi revertido ao resultado em 31 de dezembro de 2009 o desconto no valor de R\$5.990, que, somado à atualização monetária negativa do direito de outorga no período, no valor de R\$1.736, totalizou o valor líquido de R\$4.254 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação na controlada Ecovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2009</u>
2011	10.664
2012	9.739
2013	8.894
2014	8.122
Após 2014	<u>22.262</u>
	<u>59.681</u>

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>Saldos iniciais (*)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Cível (a)	11.284	1.840	(1.230)	507	12.401
Tributária (b)	3.365	284	(2.459)	149	1.339
Trabalhista (c)	<u>5.992</u>	<u>1.900</u>	<u>(128)</u>	<u>293</u>	<u>8.057</u>
	20.641	4.024	(3.817)	949	21.797
Depósitos judiciais (d)	<u>(2.583)</u>	<u>(308)</u>	<u>647</u>	<u>(127)</u>	<u>(2.371)</u>
	<u>18.058</u>	<u>3.716</u>	<u>(3.170)</u>	<u>822</u>	<u>19.426</u>

(*) Saldos recebidos como parte do aumento de capital, conforme nota explicativa nº 1.

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2009, R\$9.756, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$13.560, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$12.631, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A controlada direta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da controlada). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, e o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$5.000. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta Primav, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

(d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social é de R\$438.465 e está representado por 435.669 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 1º de abril de 2009, foi aprovado pelos acionistas o aumento de capital de R\$1.500 (em dinheiro), correspondente a 1.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2009, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, passando de R\$1.501 para R\$7.770, mediante a emissão de 6.268.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pela controladora Primav, mediante a conferência em ações ordinárias e nominativas de emissão da Ecocataratas e da Ecovia detidas pela Primav, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, e por notas promissórias a pagar de R\$393.895, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.(a).

O aumento de capital foi integralizado mediante a contribuição do acervo líquido no valor total de R\$6.269.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2009, foi aprovado o aumento de capital de R\$7.770 para R\$435.669, mediante a emissão de 427.899.017 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista Primav, mediante a conferência em ações ordinárias e nominativas de emissão da Ecovias detidas pela Primav, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, no valor contábil total de R\$427.899.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2009, foi aprovado o aumento de capital, passando de R\$435.669 para R\$438.465, mediante a emissão de 2.796.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, integralizadas por meio da incorporação das empresas ECSC e ECSE.

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000,00 (um bilhão de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido o pagamento de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos a pagar de R\$49.586 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2009, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	82.200
Compensação de prejuízos acumulados	<u>(4)</u>
	82.196
Constituição da reserva legal - 5%	4.110
Proposta da Administração:	
Juros sobre o capital próprio	8.978
Dividendos obrigatórios	19.522
Dividendos propostos	49.586

20. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e da aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o valor de R\$26.131 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2009, o valor total compensado foi de R\$168.260.

21. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	-	203.973
Pedágio por equipamento eletrônico	-	133.142
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	30.106
Outras	-	<u>1.213</u>
	-	368.434
Receitas acessórias (a)	-	16.478
Receitas de serviços (b)	<u>33.026</u>	<u>2.043</u>
	<u>33.026</u>	<u>386.955</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

(b) Referem-se aos serviços de administração e consultoria para empresas do Grupo Primav EcoRodovias.

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora

	2009		
	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	6.857	-	6.857
Conservação e manutenção	486	-	486
Serviços de terceiros (*)	1.411	-	1.411
Depreciação e amortização	12.547	-	12.547
Outros	<u>1.850</u>	<u>66</u>	<u>1.916</u>
	<u>23.151</u>	<u>66</u>	<u>23.217</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria jurídica, entre outros.

Consolidado

	2009		
	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	17.751	10.820	28.571
Conservação e manutenção	22.034	1.174	23.208
Serviços de terceiros (*)	19.698	2.540	15.914
Seguros	2.751	13	2.764
Depreciação e amortização	76.117	-	76.117
Poder Concedente	10.183	-	10.183
Outros	<u>10.055</u>	<u>6.026</u>	<u>22.405</u>
	<u>158.589</u>	<u>20.573</u>	<u>179.162</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	237	1.669
Juros ativos	7.348	7.348
Outras	<u>-</u>	<u>185</u>
	<u>7.585</u>	<u>9.202</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(7.268)	(26.959)
Variação monetária sobre debêntures	(834)	(607)
Juros sobre financiamentos	(21.183)	(23.979)
Variações financeiras sobre o direito de outorga	-	(2.916)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.143)	(1.537)
Outras	<u>(192)</u>	<u>(5.685)</u>
	<u>(30.620)</u>	<u>(61.683)</u>
Resultado financeiro	<u>(23.035)</u>	<u>(52.481)</u>

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos disponíveis para venda.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 106% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.
- O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 aproxima-se do valor de mercado.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	39.947	39.947
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	291.922	291.922
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	108.769	111.374
Debêntures	1.119.030	1.122.067
Credor pela concessão	73.281	73.281

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não tinham nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não tinham nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M em empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes, empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	24.694	30.701	36.645
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	97.223	98.738	100.274
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	173.307	197.753	222.029
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	10.906	13.616	16.317
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	14	16	17

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,55%	10,69%	12,83%
IGP-M (b)	2,90%	3,63%	4,35%
TJLP (c)	1,97%	2,45%	2,96%
IPCA (d)	4,20%	5,25%	6,30%

- (a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.
- (b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses, de acordo com a fonte da Consultoria Tendência.
- (c) Refere-se à TJLP em 31 de dezembro de 2009.
- (d) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual as empresas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$354, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

26. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão, como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Ecovia	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	367.561
Ecovia	Risco engenharia - patrimoniais - perda da receita	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	12.000
Ecovias	Seguro garantia	Junho de 2009 a junho de 2010	2.793
Ecovias	Seguro garantia	Maior de 2009 a maio de 2010	216.470
Ecovias	Responsabilidade civil	Maior de 2009 a maio de 2010	578.510
Ecovias	Riscos operacionais/engenharia	Maior de 2009 a maio de 2010	1.898.203
Ecovias	Equipamentos	Maior de 2009 a maio de 2010	2.024
Ecovias	Outros	Indeterminado	2.067
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	156.411
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	671.058
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	41.620
Ecocataratas	Seguro garantia	Fevereiro de 2009 a fevereiro de 2010	10.194
Ecocataratas	Equipamentos - frota leve	Julho de 2009 a julho de 2010	Tabela Fipe
Ecocataratas	Equipamentos - frota pesada	Julho de 2009 a julho de 2010	Tabela Fipe

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R\$986, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

As controladas Ecovia e Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão da Ecocataratas e Ecovia é novembro de 2021). A atual Administração do Governo do Estado do Paraná, que se findará em 31 de dezembro de 2010, busca atingir intento em reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa na data-base contratual nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais da Ecovia e Ecocataratas dos anos 2003 a 2009, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, atualmente aguardando eventuais recursos aos tribunais superiores. Tanto a Ecovia como a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 1, nº 10 e nº 11.

30. COMPROMISSOS

A controlada Ecovias celebrou contratos de prestação de serviços de construção civil com o Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., tendo por objeto:

- A prestação de serviços de construção civil consubstanciada na construção de faixas operacionais e de baias de emergência entre o km 275 e o km 291 da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170). Esse contrato foi celebrado em 6 de fevereiro de 2009 e vigorará até 31 de dezembro de 2009 (contrato encerrado em 31 de dezembro de 2009). Os serviços supracitados deverão ser integralmente executados e concluídos entre 2 de março e 30 de novembro de 2009. O preço global firmado entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços, é de R\$5.700, conforme o Primeiro Termo de Aditamento DS 1.069/09.
- A prestação de serviços de construção civil consubstanciada na construção de dispositivos de travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55/170) situada no km 281 e no km 285, fornecendo, inclusive, material, equipamentos e mão-de-obra necessários para a execução dos serviços supracitados. Esse contrato foi celebrado em 10 de dezembro de 2007 e vigorará por 20 meses. Esse contrato foi celebrado em 10 de dezembro de 2007 e vigorará por 20 meses. O preço global firmado entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços, é de R\$48.500. O valor pago mensalmente pela Ecovias ao Consórcio Serra do Mar, até o limite do preço, será apurado mediante a realização de medições mensais. A Ecovias pagou ao Consórcio Serra do Mar um adiantamento, a título de mobilização, de R\$2.400.

31. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 37 (*) novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia e a suas controladas, considerando suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
36	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia e de suas controladas está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, uma vez que a forma de registro das concessões será substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Com relação à revisão da vida útil-econômica dos bens, a Administração efetuou uma análise preliminar e redefiniu as taxas que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

	Vida útil atual (taxa média) (a)	Vida útil-econômica (taxa média anual) (b)
IMOBILIZADO		
Construção e projetos/ampliação principal	4,9%	De 6,6% a 9%
Pavimentações e conservação especial	11,1%	De 6,6% a 9%
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5%	De 6,6% a 9%
Hardware e equipamentos de pedágio	20%	20%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Demais melhorias e ampliações	8%	De 6,6% a 9%
INTANGÍVEL		
Direito de outorga da concessão	5%	6,6%
Softwares de terceiros	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que será utilizada para o exercício de 2010 com base em estudos internos da Administração.